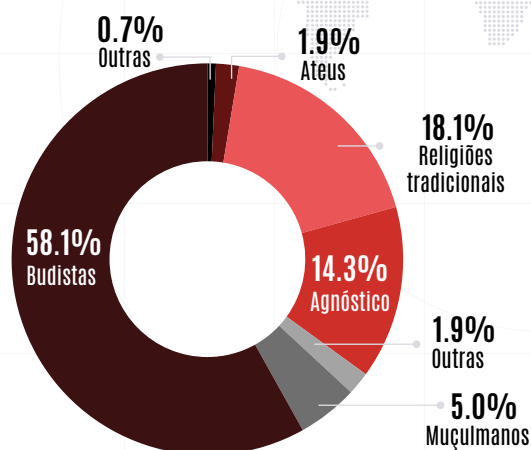




MONGÓLIA

RELIGIÃO



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E SUA APLICAÇÃO EFECTIVA

No período em análise, a Mongólia presenciou poucas alterações constitucionais ou legais em relação à liberdade religiosa. Após o colapso da URSS em 1989, o fim do domínio soviético trouxe um regresso à liberdade religiosa. A Constituição da Mongólia, adoptada a 13 de Janeiro de 1992, garante todas as liberdades fundamentais, incluindo a liberdade religiosa, e defende oficialmente o princípio da separação entre Estado e religião. Embora o Budismo praticado pelos mongóis não tenha estatuto de religião oficial, a lei mongol afirma mesmo assim que o Governo deve “respeitar” o Budismo como religião maioritária, uma afirmação justificada pela necessidade de preservar a unidade do país e defender a história e a cultura mongol. A lei também afirma que o respeito devido ao Budismo pelo Estado “não pode impedir um cidadão de praticar outra religião”. De acordo com o Código Penal, se uma pessoa for encontrada a dificultar as actividades das organizações religiosas, a multa varia entre 450.000 e 2,7 milhões de tugriks (130 e 795 euros). Se se descobrir que os actos de proselitismo são feitos pela força, pressão ou engano, então a multa varia entre 450.000 e 5,4 milhões de tugriks (130 e 1590 euros).¹

A promessa de liberdade religiosa, feita quando o país se tornou independente na década de 90, não se concretizou. Em vez disso, uma burocracia restritiva e intrusiva procurou restringir as comunidades religiosas consideradas “estrangeiras” para a cultura nacional. Os Cristãos na Mongólia têm sofrido particularmente.

As comunidades religiosas na Mongólia são tratadas da mesma forma que as ONG. São forçadas a cumprir muitos regulamentos complexos e requisitos administrativos. Devem registar-se junto de uma entidade estatal, a Autoridade Geral da Propriedade Intelectual e Registo Estatal. Como a lei não é clara sobre a validade dos certificados de registo emitidos por esta entidade, são de facto os governos locais quem determina a duração de um certificado.

Na prática, as organizações religiosas são obrigadas a renovar o seu registo todos os anos. Para o fazerem, devem apresentar um pedido a seis órgãos administrativos diferentes a nível local e nacional. Este processo é longo, fastidioso e imprevisível, pois algumas províncias são mais relutantes do que outras a disponibilizar os certificados de registo.

Outra condição extremamente restritiva que se aplica a todas as organizações estrangeiras e, por isso, também

às comunidades religiosas é o requisito de ter entre o seu pessoal uma percentagem mínima de colaboradores mongóis. Esta percentagem varia entre 25 e 95%, conforme o sector de actividade. Cada ano é publicada uma lista com as percentagens exigidas e a maior parte das organizações religiosas são automaticamente sujeitas à quota máxima de 95% de colaboradores locais. Muitas organizações religiosas levantaram objecções a este sistema, uma vez que a maior parte dos seus colaboradores e financiamento têm origem sobretudo fora da Mongólia. A Igreja Católica é uma excepção, porque, ao contrário de outras organizações religiosas com estatuto de ONG e exigência de 95% de pessoal local, a Igreja Católica conseguiu que lhe fosse atribuída uma quota de apenas 75%.

O Código Penal também proíbe quaisquer actividades desumanas e perigosas para a cultura e tradições do povo da Mongólia.

De acordo com a USCIRF, a lei que regula o serviço civil e militar especifica que todos os cidadãos do sexo masculino entre os 18 e os 25 anos devem completar um ano de serviço militar obrigatório. A lei prevê alternativas ao serviço militar para os cidadãos que apresentem uma objecção baseada em motivos éticos ou religiosos. O serviço alternativo com as Forças de Fronteira, a Agência Nacional de Gestão de Emergências ou uma organização humanitária está disponível para todos os que submetem uma objecção ética ou religiosa. Há também uma provisão para, em vez de serviço, pagar o custo de um ano de formação e manutenção a um soldado.

INCIDENTES E EVOLUÇÃO

Em Dezembro de 2018, a AsiaNews.it relatou que o Partido Comunista Chinês (PCC) estava a influenciar o processo para encontrar um sucessor para o Jebtsundamba Khutugtu, o líder espiritual da escola de Gelug do Budismo tibetano na Mongólia. Tem sido noticiado que o PCC tem influenciado os lamas seniores para causar divisões internas e contra a influência de Dharamsala no discurso budista.²

Segundo a lei mongol, o líder de uma organização religiosa deve ser um cidadão mongol. As comunidades religiosas, especialmente as cristãs, sem clero autóctone mongol, só podem possuir terras se o título de propriedade estiver em nome de um cidadão mongol. O registo destes títulos e religiosos depende, pelo menos em parte, da boa

vontade das autoridades. A província central, com a sua forte tradição budista, parece menos disposta a permitir a abertura de Igrejas cristãs, enquanto outras províncias, como a de Erdenet,³ permanecem mais abertas aos estrangeiros.

Em Janeiro de 2020, os académicos mongóis foram autorizados a utilizar o arquivo secreto do Vaticano. Este foi um passo no sentido de intensificar o seu domínio cultural. O acordo foi assinado por L. Purevsuren, embaixador da Mongólia junto da Santa Sé e representante permanente junto das Nações Unidas e outras organizações internacionais, e por Monsenhor Paul Richard Gallagher, secretário do Vaticano para as relações com os Estados. Este acordo previa também a realização de uma exposição fotográfica e de uma conferência científica na Santa Sé, nos dias 6-8 de Maio de 2020.⁴

Segundo a USCIRF, uma Igreja cristã relatou que uma publicação no Facebook de fotografias de um baptismo recebeu muitos comentários negativos. O relatório da USCIRF também escreveu sobre representantes de um grupo religioso minoritário que afirmaram que os empregadores por vezes recrutam os seus membros, amplamente considerados como “honestos e éticos”, com base na filiação religiosa. Alguns cristãos, contudo, relataram que continuava a existir uma percepção negativa entre o público sobre a crescente influência do Cristianismo.

A Mongólia agiu rapidamente para controlar a pandemia da COVID-19, adoptando medidas preventivas decisivas em Janeiro, tais como pôr em quarentena quem viesse da China e encerrar potenciais eventos de superpropagação, como por exemplo encontros em feriados nacionais.⁵ Como tal, do seu total de 293 casos, apenas três permaneceram activos até Agosto de 2020.⁶

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Como enfrenta sérias dificuldades económicas, a Mongólia não pode escapar à influência do seu vizinho, a China. As liberdades obtidas na sequência da queda do comunismo parecem estar bem estabelecidas e, a este respeito, a liberdade religiosa parece ser mais segura na Mongólia do que na China. Contudo, dificuldades económicas e rápidas mudanças sociais levaram as autoridades locais a desconfiar de religiões consideradas novas para o

país, como por exemplo o Cristianismo, tanto protestante como católico. Apesar destas obstruções institucionais e culturais, e mesmo face à rápida secularização na Mongólia, as comunidades cristãs em particular continuam a expandir-se.

- 1 Comissão Americana da Liberdade Religiosa Internacional, 2018 Report, <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/05/MONGOLIA-2018-INTERNATIONAL-RELIGIOUS-FREEDOM-REPORT.pdf>, (acedido a 25 de Fevereiro de 2020).
- 2 “Chinese Communist Party turns ‘attention’ to Tibetan Mongolian Buddhism”, AsiaNews.it, 12 de Dezembro de 2018, <http://www.asianews.it/news-en/Chinese-Communist-Party-turns-‘attention’-to-Tibetan-Mongolian-Buddhism-44417.html> (acedido a 21 de Fevereiro de 2018).
- 3 “Ouverture d’une mission catholique à Erdenet”, Églises d’Asie, 15 de Junho de 2016, <http://eglasiemepasie.org/asi-du-nord-est/mongolie/2016-06-15-ouverture-d2019une-mission-catholique-a-erdenet> (acedido a 21 de Fevereiro de 2018).
- 4 “Mongolia and the Holy See open to cultural and scholarly exchanges”, AsiaNews.it, 15 de Janeiro de 2020, <http://www.asianews.it/news-en/Mongolia-and-the-Holy-See-open-to-cultural-and-scholarly-exchanges-49036.html> (acedido a 25 de Fevereiro de 2020).
- 5 Gendengarjaa Baigalimaa, “Lessons from Mongolia’s COVID-19 Containment Strategy”, Stanford University, 19 de Maio de 2020, <https://fsi.stanford.edu/news/lessons-mongolia%E2%80%99s-covid-19-containment-strategy>.
- 6 Johns Hopkins CSSE, “Coronavirus COVID19 (2019-nCoV)”, ArcGIS, Coronavirus COVID-19 Global Cases.